Demonstrações Contábeis

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanço patrimonial 4
Demonstração do resultado 6
Demonstração do resultado abrangente 7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 8
Demonstração dos fluxos de caixa 9
Notas explicativas às demonstrações contábeis 10

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC SP-034519/O

Eduardo Wellichen
Sócio
Contador CRC SP-184050

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.895	3.290
Investimento curto prazo	5	5.434	1.636
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		604	953
Ativo contratual da concessão	6	13.161	16.678
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		114	71
Outros tributos compensáveis		81	1
Adiantamento a fornecedores		82	82
Outros ativos		152	263
		24.523	**22.974**
Ativo Não Circulante			
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		1.042	1.050
Ativo contratual da concessão	6	80.571	87.139
Outros ativos		3.276	3.091
Imobilizado		42	61
Intangível		13	12
		84.944	**91.353**
Total do Ativo		**109.467**	**114.327**

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo Circulante			
Arrendamento mercantil		2	22
Fornecedores		253	356
Imposto de renda e contribuição social a pagar		353	278
Outros tributos a pagar		562	550
Dividendos a pagar		740	-
Provisão para compensação ambiental		2.827	-
Encargos regulatórios	7	315	600
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	875	1.109
Outros passivos		449	456
		6.376	**3.371**
Passivo Não Circulante			
Arrendamento mercantil		-	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	3.307	3.643
Encargos regulatórios	7	187	155
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	5.358	5.795
		8.852	**9.595**
Total do Passivo		**15.228**	**12.966**
Patrimônio Líquido			
Capital social	11	74.744	74.744
Reservas de lucro	11	12.843	16.599
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	11	6.652	10.018
Total do Patrimônio Líquido		**94.239**	**101.361**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**109.467**	**114.327**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de operação e manutenção		8.702	8.397
Remuneração do ativo contratual da concessão		6.723	16.068
Receita Operacional Líquida	**12**	**15.425**	**24.465**
Custo dos Serviços Prestados			
Pessoal		(1.761)	(1.749)
Material e serviços de terceiros		(586)	(318)
Outros		(2.992)	(114)
Lucro Bruto		**10.086**	**22.284**
Despesas Operacionais			
Pessoal e administradores		(756)	(469)
Material e serviços de terceiros		(131)	(199)
Depreciação e amortização		(26)	9
Outras despesas operacionais líquidas		(16)	(85)
		(929)	**(744)**
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**9.157**	**21.540**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	13	1.063	819
Despesas financeiras	13	(36)	(189)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		**10.184**	**22.170**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(1.159)	(1.419)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8 e 14	310	320
Lucro líquido do exercício		**9.335**	**21.071**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	9.335	21.071
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**9.335**	**21.071**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

		Reservas de lucros				
	Capital Social	**Reserva legal**	**Reservas de Retenção de Lucros**	**Proposta de distribuição de dividendos adicionais**	**Lucros Acumulados**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**74.744**	**11.322**	**4.223**	**20.790**	**-**	**111.079**
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(20.790)	-	(20.790)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.071	21.071
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	-	1.054	-	-	(1.054)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(9.999)	(9.999)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	10.018	(10.018)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**74.744**	**12.376**	**4.223**	**10.018**	**-**	**101.361**
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(10.018)	-	(10.018)
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos	-	-	(4.223)	-	-	(4.223)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.335	9.335
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	-	467	-	-	(467)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(740)	(740)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(1.476)	(1.476)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	6.652	(6.652)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**74.744**	**12.843**	**-**	**6.652**	**-**	**94.239**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	10.184	22.170
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	26	(9)
Juros e variação monetária	27	167
Baixa de ativos	-	55
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	(671)	(691)
	9.566	21.692
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	357	1.052
Ativo contratual da concessão	10.085	10.396
Impostos a recuperar	(123)	(62)
Outros ativos	(74)	(80)
	10.245	**11.306**
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(103)	91
Encargos regulatórios	(277)	(172)
Tributos e contribuições sociais a recolher	(163)	(222)
Outros passivos	2.820	88
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(935)	(1.104)
	1.342	**(1.319)**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**21.153**	**31.679**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações de investimentos curto prazo	(3.798)	(1.187)
Aplicações no imobilizado	(7)	(4)
Aplicações no intangível	(1)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(3.806)**	**(1.191)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos	(15.717)	(30.789)
Pagamento de arrendamento mercantil	(25)	(38)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(15.742)**	**(30.827)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**1.605**	**(339)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.290	3.629
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4.895	3.290
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**1.605**	**(339)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica ("LUMI") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 14 de outubro de 2003 e tem como objeto social implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua das Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala F - São Paulo - SP.

A Companhia é controlada indireta da Alupar Investimento S.A.

A LUMI possui o direito de explorar diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão						
Número	**Prazo (anos)**	**Vigência até**	**RAP (*)**	**Índice de correção**	**Data da entrada em operação comercial**	**Ciclo do degrau**
007/2004	30	2034	23.094	IGP-M	out/07	2022-2023

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.216 de 04/07/2023.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da LUMI entende, que ao final do prazo de concessão, os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão".

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 06 de março de 2024.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da LUMI. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a LUMI efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção ampliação como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da LUMI avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.
Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, revisa as receitas que a LUMI tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas parcelas variáveis históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.1.1 Receita de implementação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também das contribuições e encargos regulatórios.

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, que é registrada na rubrica “ativo contratual da concessão” e determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também das contribuições e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGPM e ao diferimento das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão “RGR” e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica “TFSEE”) registrados no passivo circulante e não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.2. Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.
O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

No cálculo do ativo contratual é estimado no início da concessão, considerando o prazo previsto no contrato e alterado em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Em caso de Revisão Tarifária Periódica (RTP), os recebimentos futuros são revistos e os fluxos do ativo contratual são mensurados novamente.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia, que é de 11% a.a; e (ii) atualizado pelo IGP-M.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias: Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

3.3. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração da LUMI revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a LUMI não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.5. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, arrendamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.6. Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica “Contribuições e encargos regulatórios diferidos”, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a LUMI possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.8.1. Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9. Arrendamentos

A LUMI avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a LUMI reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.10. Tributação

3.10.1. Tributos sobre a receita

As receitas da LUMI estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%

3.10.2. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda e a contribuição social da LUMI são calculados pelo regime do lucro presumido.

Diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de tributos (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.11. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações contábeis.

- IFRS 17 – Contratos de Seguro;
- Definição de Estimativas Contábeis – Alterações no IAS 8;
- Divulgação de Políticas Contábeis – Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*;
- Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação – Alterações ao IAS 12.

3.12. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da LUMI, estão descritas a seguir. A LUMI pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	70	77
Aplicações financeiras	4.825	3.213
	4.895	**3.290**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e referem-se substancialmente à certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. As aplicações financeiras foram remuneradas em média 96,93% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2023 (95,42% em 31 de dezembro de 2022).

5. Investimentos de curto prazo

Em 31 de dezembro de 2023, a LUMI possuí saldo de R$5.434 (R$1.636 em 31 de dezembro de 2022) referente ao Fundo de investimento Santander Lattice, que tem característica de renda fixa e remunerado em média por 98,54% e 97,04% do CDI, respectivamente.

6. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo contratual da concessão:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**114.213**
Receita de operação e manutenção	9.121
Remuneração do ativo contratual da concessão	17.453
Realização do ativo contratual (recebimento)	(36.970)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**103.817**
Receita de operação e manutenção	9.472
Remuneração do ativo contratual da concessão	7.318
Realização do ativo contratual (recebimento)	(26.875)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**93.732**
Ativo contratual da concessão – circulante	13.161
Ativo contratual da concessão - não circulante	80.571
Total circulante e não circulante	**93.732**

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A LUMI considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual, somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

7. Encargos regulatórios

	31/12/2023	31/12/2022
P&D - Pesquisa & Desenvolvimento	353	440
Quota de reserva global de reversão - RGR	61	238
Taxa de fiscalização - ANEEL	88	77
	502	**755**
Passivo circulante	315	600
Passivo não circulante	187	155

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 – receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) – interpretação contratos de concessão, OCPC 05 – orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) – arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos o qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.876**
Imposto diferido reconhecido no resultado	(320)
Reclassificação de impostos correntes	87
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.643**
Imposto diferido reconhecido no resultado	(310)
Reclassificação de impostos correntes	(26)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.307**

9. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

O diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil.

	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS diferidos	3.421	3.788
Quota de reserva global de reversão - RGR diferido	2.437	2.700
Taxa de fiscalização - ANEEL diferido	375	416
	6.233	**6.904**
Passivo circulante	875	1.109
Passivo não circulante	5.358	5.795

10. Provisão para demandas judiciais

Perda provável:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a LUMI não possuía processos classificados como perda "provável".

Perda possível:

Com base no parecer dos advogados externos e internos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a LUMI não possuía demandas judiciais com probabilidade de perda classificada como "possível".

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R$74.744 (R$74.744 em 31 de dezembro de 2022), representado por 72.012.095 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
	Ordinárias	Votante	Total
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	57.609.676	80%	80%
Alupar Investimento S.A.	10.801.280	15%	15%
Auto Invest Inspeções Técnicas de Veículos Ltda.	3.601.139	5%	5%
	72.012.095	**100%**	**100%**

11.2. Reservas de lucro

11.2.1. Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$12.843 (R$12.376 em 31 de dezembro de 2022).

11.2.2. Reserva de retenção de lucros

Os valores mantidos em reserva de retenção de lucros serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e disponibilidade de caixa da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$0 (R$4.223 em 31 de dezembro de 2022.)

11.2.3. Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da LUMI, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	9.335	21.071
Constituição da reserva legal	(467)	(1.054)
Base de cálculo de dividendos	**8.868**	**20.017**
Dividendos mínimos obrigatórios(i)	(740)	(9.999)
Dividendos intermediários	(1.476)	-
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	(6.652)	(10.018)
Saldo de lucros acumulados	**-**	**-**

(i) Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados considerando a distribuição dos dividendos intermediários, de forma complementar.

12. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	**16.790**	**26.574**
Receita de operação e manutenção	9.472	9.121
Remuneração do ativo contratual da concessão	7.318	17.453
Deduções da receita operacional	**(1.365)**	**(2.109)**
PIS	(109)	(173)
COFINS	(504)	(797)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(437)	(691)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(248)	(342)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(67)	(106)
Receita operacional líquida	**15.425**	**24.465**

13. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras	**1.063**	**819**
Receita de aplicações financeiras	965	805
Juros ativos	7	9
Outras receitas financeiras	91	5
Despesas financeiras	**(36)**	**(189)**
Juros sobre arrendamento mercantil	(3)	7
Variação monetária	(24)	(174)
Outras despesas financeiras	(9)	(22)
Resultado financeiro líquido	**1.027**	**630**

14. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurada com base no regime de lucro presumido e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Receita operacional	16.790	16.790	26.574	26.574
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	1.343	2.015	2.126	3.189
Receitas financeiras	1.063	1.063	819	819
Base de cálculo	2.406	3.078	2.945	4.008
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
	(578)	(277)	(712)	(361)
Outros	4	2	(19)	(7)
Imposto de renda e contribuição social	**(574)**	**(275)**	**(731)**	**(368)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(775)**	**(384)**	**(939)**	**(480)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**201**	**109**	**208**	**112**

Em 05 de novembro de 2020, transitou em julgado, favoravelmente à LUMITRANS, a decisão judicial que garante o cálculo de IRPJ e CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente.

15. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a LUMI não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

- Caixa e bancos são classificados como pelo custo amortizado
- Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias é classificado como pelo custo amortizado.
- Fornecedores e arrendamento mercantil são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

b) Hierarquia do valor justo

A LUMI utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A LUMI classifica os saldos de equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo como nível II.

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da LUMI podem ser assim identificados:

- *Risco de crédito* - a LUMI mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.600 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a LUMI mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária;
  Risco de preço - as receitas da LUMI são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, e pela variação do IGP-M.
- *Risco de liquidez* - a principal fonte de caixa da LUMI é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão (DIT) é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da LUMI não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

16. Benefícios a empregados

A LUMI oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida. Não existem benefícios pós-emprego e pagamento baseado em ações.